



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1213/2024
(à MPV 1213/2024)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.213, DE 2024

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais- MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 12 da Seção única do Capítulo I da MP nº 1.213, de 2024:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA ACREDITA NO PRIMEIRO PASSO



Seção única

Da garantia a operações de crédito no âmbito
do Programa Acredita no Primeiro Passo

.....

.....

Art. 12. Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras e as entidades de que trata o art. 5º participantes do Programa Acredita no Primeiro Passo cobrarão a dívida em nome próprio e custearão as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

.....

.....

“§ 5º Aplicam-se ao Programa Acredita no Primeiro Passo as disposições aplicáveis ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas (Pronampe), conforme estabelecido no art. 6ª-D da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.” (NR)

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao art. 14 do Capítulo II da MP nº 1.213, de 2024:

CAPÍTULO II

DO APRIMORAMENTO DO PRGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – PRONAMPE E DA CRIAÇÃO DO PROCRED 360

Art. 14. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....



.....

“Art. 6º-D Passam a integrar o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE, os débitos registrados nos tabelionatos de protestos.

§ 1º A central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, de que trata o art. 41-A da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, poderá, mediante autorização do Fundo de Garantia de Operações – FGO, criado a partir da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, integrar e operacionalizar, direta ou indiretamente sob sua responsabilidade, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE no que se refere a débito de qualquer natureza protestado ou passível de protesto.

§ 2º Serão incluídos nas negociações ou renegociações os emolumentos devidos, acréscimos legais e demais despesas, calculados com base na faixa do valor negociado, de acordo com a legislação vigente.

§ 3º O processo de negociação, renegociação ou incentivo à quitação de dívidas de que trata esta Lei será feito de forma integrada e vinculada, tanto quanto possível, com as instituições do Sistema Financeiro Nacional, mediante a validação e intermediação da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, prevista no art. 41-A, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro 1997.

§ 4º A central de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto deverá se tornar interoperável com o sistema eletrônico de registros públicos – SERP, previsto na Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, para fins ao menos de validação cadastral, registro de inadimplência e constituição de mora do devedor.

§ 5º Para fins de compartilhamento de serviços e informações, conforme disposto no art. 42-A da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, os serviços notariais e de registro, em prazo não superior a seis meses, deverão manter, diretamente ou por intermédio de suas centrais de serviços, base de dados interoperável à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados, prevista no artigo 41-A, da Lei nº 9.492 de 10 de setembro de 1997, para disponibilização



eletrônica de seus serviços e dados, respeitados os emolumentos e os valores das outras despesas exigíveis pela serventia ou central aderente.

§ 6º O intercâmbio de informações entre as serventias e as instituições financeiras de dados cadastrais e a consulta facultativa aos atos de pessoa devedora de título ou documento de dívidas serão realizados mediante critérios compensatórios para custeio do sistema, assim compreendidos as despesas operacionais, de manutenção, atualização e aperfeiçoamento necessário à recepção, tratamento e processamento de arquivos com dados massificados, controle geral das liquidações e das outras ocorrências em relação aos títulos e repasse financeiro aos credores dos valores recebidos.

§ 7º O disposto neste artigo não dispensará a possibilidade de supervisão do Poder Judiciário competente no deslinde destas ações.” (NR)

“Art. 6º-E Faculta-se à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, prevista no art. 41-A da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e, na forma regulada pelo art. 42-A, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, manter e gerir por intermédio da entidade de cunho nacional representativa de todos os tabeliões de protesto, direta ou indiretamente e sob sua responsabilidade, base integrada de créditos de qualquer natureza, pertencente ao cidadão para maior publicidade e recuperação de saldos financeiros, direitos de crédito ou restituição e indébito de titularidade de pessoas físicas, microempresa e empresa de pequeno porte junto a órgão e entidades da administração pública direta e indireta, prestadores de serviços públicos e de utilidade pública, visando a sua restituição e, quando autorizado pelo titular, proceder ao encontro de contas de dívidas habilitáveis no âmbito dos programas de renegociação de dívidas, sempre respeitadas as condições de desconto e outros incentivos definidos em lei.

§ 1º É obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional e criminal, o compartilhamento e acesso pela central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto, de saldos financeiros, direitos de crédito a serem ressarcidos, não restituídos, prescritos ou sem identificação aos titulares pessoas físicas.



§ 2º Os saldos e direitos de ressarcimento e restituição identificados e qualificados na forma do *caput*, não restituídos ou compensados no âmbito da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados de que trata o art. 41-A da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, serão integralizados ao Fundo de Garantia de Operações – FGO, criado a partir da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 3º A central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto disponibilizará gratuitamente aos usuários, previamente identificados e sem valor jurídico de certidão, consulta à base integrada de créditos do cidadão e de informações cadastrais, restritivas de crédito, saldos financeiros e direitos de crédito de qualquer natureza.” (NR)

Art. 3º Dê-se a seguinte redação ao art. 24 - Capítulo V - da MP nº 1.213, de 2024:

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DESENVOLVA PEQUENOS NEGÓCIOS

Seção única

Dos incentivos aos agentes financeiros

Subseção III

Do ressarcimento do crédito presumido

“**Art. 24.** O crédito presumido de que trata esta Medida Provisória poderá ser objeto de pedido de ressarcimento pelo agente financeiro a que se refere o *caput* do art. 18.

.....



.....

§ 3º Aplicam-se, no que couber, ao ressarcimento do crédito presumido, as demais disposições aplicáveis ao Pronampe.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Esta emenda busca integrar os débitos registrados nos tabelionatos de protestos aos Programas de Renegociação de Dívidas de Microempreendedor Individual e de Micro e Pequenas Empresas – Desenrola Pequenos Negócios, entre outros, no contexto da nova Medida Provisória que institui o Procred 360 e os Programas Acredita no Primeiro Passo, Eco Invest Brasil, além do Desenrola Pequenos Negócios.

Tal inclusão visa expandir as opções disponíveis para a renegociação de dívidas, oferecendo aos devedores uma alternativa adicional para regularizar sua situação financeira.

Além disso, ao permitir que a Cenprot opere o programa no que se refere a débitos protestados ou passíveis de protesto, a emenda facilita o acesso dos devedores a essa modalidade de renegociação, contribuindo para a redução do endividamento e estimulando a retomada econômica dos pequenos negócios.

A inclusão da Cenprot também está alinhada com a busca por soluções mais econômicas e acessíveis para os consumidores, bem como com a promoção da cidadania financeira e o incentivo ao desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores.

As alterações propostas na plataforma de renegociação de dívidas representam uma importante iniciativa para beneficiar o pequeno cidadão e empresário brasileiro, promovendo uma solução mais acessível e eficaz para a composição de débitos e a recuperação da saúde financeira.



Ademais, essa nova plataforma visa facilitar a baixa desjudicializada de eventuais restrições cadastrais, reduzindo custos e oferecendo medidas de incentivo para a renegociação de débitos e despesas associadas ao processo de cobrança e negociação.

Com efeito, esta iniciativa não apenas proporciona uma solução mais acessível e eficaz para a composição de débitos, mas também contribui para fortalecer a economia e promover o desenvolvimento financeiro sustentável do país, trazendo consigo uma série de outros benefícios significativos.

Redução de Custos: A baixa desjudicializada de restrições cadastrais proporciona uma solução mais econômica para o consumidor, eliminando os ônus e custos associados à judicialização, incluindo honorários advocatícios e custas judiciais.

Acesso a Crédito Mais Barato: Ao facilitar a regularização de dívidas e a baixa de restrições, a plataforma possibilita ao consumidor acessar crédito com condições mais favoráveis, contribuindo para a sua estabilidade financeira e possibilitando o acesso a financiamentos com taxas de juros mais baixas.

Facilidade de Parcelamento e Baixa de Restrições: A plataforma oferece medidas facilitadoras para o parcelamento de dívidas e a baixa definitiva de restrições cadastrais, proporcionando ao consumidor uma forma mais ágil e eficiente de resolver suas pendências financeiras.

Incentivo à Renegociação de Débitos: Por meio de medidas de incentivo, como descontos e condições de pagamento flexíveis, a plataforma estimula o consumidor a renegociar seus débitos de forma amigável e consensual, evitando litígios prolongados e custosos.

Alinhamento com a Pauta BC+ de Cidadania Financeira: A iniciativa está em consonância com a Pauta BC+ de Cidadania Financeira, que visa fornecer meios melhores para solucionar seus débitos e promover uma maior conscientização sobre questões financeiras.

Assim, as alterações propostas na plataforma de renegociação de dívidas representam um avanço significativo à regularização de



dívidas, beneficiando o micro e pequeno empreendedor, ao fornecer-lhes meios para desenvolver seus negócios e contribuir para o crescimento econômico do país.

Por conseguinte, ao oferecer uma solução mais acessível e eficaz para a composição de débitos, essa iniciativa contribui, sobremaneira, para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento financeiro sustentável do país, razão pela qual rogo o apoio dos meus ilustres Pares para a aprovação desta alteração legislativa.

Sala da comissão, 24 de abril de 2024.

Deputado Darci de Matos
(PSD - SC)

